



A violência verbal em manifestações explícitas de preconceito linguístico no *Facebook*: um espaço discursivo êmico

Verbal violence in explicit expressions of linguistic prejudice on Facebook: an emic discursive space

Anderson Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/CAPES/PNPD), Vitória, Espírito Santo / Brasil

andersonferreirasp94@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7980-5773>

Samine de Almeida Benfica

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo / Brasil

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo / Brasil

saminebenfica@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7635-2673>

Resumo: Este artigo examina a violência verbal em comentários produzidos na mídia social *Facebook*, na página “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”, após uma publicação com a legenda “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”. É o objetivo verificar os papéis e lugares discursivos, os estatutos sócio-psicológicos estereotipados e os posicionamentos político-ideológicos presentes nas práticas discursivas dos sujeitos-usuários, considerando que a controvérsia é impulsionada por uma constatação científica – em particular, da Sociolinguística – segundo a qual a reprovação, a repulsa ou o desrespeito às variedades linguísticas de menor prestígio social se configuram como preconceito e intolerância linguísticos. Para tanto, a fundamentação se deu em um quadro teórico-metodológico interdisciplinar que abrange os estudos das origens do português brasileiro (BAXTER; LUCCHESI, 1997; NARO; SCHERRE, 2003), a noção de polêmica discursiva (AMOSSY, 2011), as noções de interincompreensão e espaço discursivo (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2015) e, por fim, a categoria de espaço êmico (BAUMAN, 2001). As análises revelam que muitos discursos refletem um anseio de aniquilamento e de apagamento de identidades sociais e que, mesmo em contextos de discussão sobre preconceito linguístico, a violência verbal não se centra

somente nessa temática, mas abrange tudo aquilo que, de certa forma, representa as minorias sociais.

Palavras-chave: violência verbal; preconceito linguístico; espaço discursivo êmico; *Facebook*.

Abstract: This article examines verbal violence in comments produced on the social media Facebook, on the page “*Falei errado? O problema não é meu, é seu*” (Did I say it wrong? The problem is not mine, it’s yours), after a publication with the subtitles “*Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico*” (It’s not funny, #ItsLinguisticPrejudice). The objective is to verify the discursive roles and places, the stereotyped socio-psychological statutes and the political-ideological positions that are in the discursive practices of the subject-users, considering that the controversy is driven by a scientific observation – in particular, of Sociolinguistics – according to which disapproval, disgust or disrespect for less prestige linguistic varieties are configured as linguistic prejudice and intolerance. To this end, the foundation was given in an interdisciplinary theoretical-methodological framework that encompasses studies on the origins of Brazilian Portuguese (BAXTER; LUCCHESI, 1997; NARO; SCHERRE, 2003), the notion of discursive polemics (AMOSSY, 2011), the notions of inter-understanding and discursive space (MAINGUENEAU, 1997, 2008, 2015) and, finally, the category of emic space (BAUMAN, 2001). The analyzes reveal that many speeches reflect a desire to annihilate and erase social identities and that, even in contexts of discussion on linguistic prejudice, verbal violence does not focus only on this theme, but encompasses everything that, in a certain way, represents social minorities.

Keywords: verbal violence; linguistic prejudice; emic discursive space; Facebook.

Submetido em 07 de março de 2020

Aceito em 29 de abril de 2020

1 Considerações iniciais

O presente artigo tematiza o fenômeno da violência verbal em práticas discursivas de comentários em uma publicação da página do *Facebook* intitulada “*Falei errado? O problema não é meu, é seu*”.¹ O nome

¹ Link de acesso à página: <https://www.facebook.com/FaleiErradoOPobremaNaoEMeuESeu/>. Acesso em: 2 mar. 2020. Ressaltamos que a visualização da página e de suas publicações é livre, não sendo necessário consentimento dos moderadores para

da página revela uma relativização do conceito de erro, frequentemente debatido por pesquisadores da Sociolinguística, para muitos dos quais, do ponto de vista científico, não existe “erro de português” entre falantes nativos da língua, uma vez que estes são plenamente capazes de diferenciar enunciados gramaticais e agramaticais (BAGNO, 2015). O que comumente se rotula como “erro de português” seriam, na verdade, desvios da ortografia oficial do português ou das regras da gramática normativa. No entanto, esses desvios – os supostos “erros” – têm sido cientificamente explicados por estudos sociolinguísticos, que buscam identificar e descrever as regras que regem os usos variáveis da nossa língua, evidenciando que esta é um objeto constituído de heterogeneidade ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

Partindo dessas premissas, os criadores da página tiveram a iniciativa, para “justamente mostrar as ocorrências mais comuns da oralidade e explicar que existe uma regra para elas”.² A substituição do som de L pelo som de R, por exemplo, como consta no nome da página (“pobrema”), é chamada pelos linguistas de rotacismo e se explica pela forte semelhança articulatória entre os dois sons, que já foram indiferentemente trocados ao longo da história em várias línguas, inclusive na via oposta, chamada de lambdacismo.³ Ocasões como essa costumam ser alvo dos “fiscais” da língua portuguesa, os quais direcionam críticas e insultos aos falantes que usam essas variantes e às pessoas que defendem esses falantes.

A partir da ideia de combate ao preconceito linguístico que subjaz à referida página e que está explicitamente expressa em sua publicação “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”, objetivamos verificar os papéis e lugares discursivos, os estatutos sócio-psicológicos estereotipados e os posicionamentos político-ideológicos que emergem no discurso dos sujeitos-usuários que, de modo geral, mitificam o preconceito linguístico, valendo-se de estratégias discursivas que implodem o diálogo, afastam, desprezam e ridicularizam o interlocutor, de forma a expeli-lo do debate público. Seguindo as conceitualizações de espaço social propostas por Bauman (2001), isolamos um espaço

consulta à mesma. No entanto, para participar das interações via comentários, o usuário deve ter uma conta no *Facebook*.

² Este é um dos objetivos citados na descrição da página, que pode ser conferida no link presente na nota 1, no item *Sobre*.

³ Para mais detalhes sobre a investigação, cf. Bagno (1997).

discursivo que chamamos de êmico. Os enunciados reunidos em torno das manifestações de preconceito linguístico da mídia social em foco sedimentam a violência verbal no campo das demandas sócio-políticas recentes no Brasil.

Afora as considerações iniciais e finais, a discussão teórica deste trabalho foi desenvolvida na segunda e terceira seções do presente artigo, e a apresentação mais detalhada da página e da publicação em foco, bem como as análises do *corpus* construído, foram realizadas na quarta seção.

2 Sobre as origens do português brasileiro

Os filósofos, na Grécia clássica, construíram um campo de saber voltado à concepção do funcionamento da língua. Esse saber clássico, embora especulativo, ampara as filosofias da linguagem posteriores – em particular, as do século II, antes de Cristo – dando-lhe novos rumos insuspeitados pelos clássicos gregos. Assim, a tradição gramatical dos alexandrinos, superada pela Linguística do século XX, tinha como centro a norma prescritiva. Como esclarece Mattos e Silva (1996), muitos daqueles métodos foram reorganizados no campo de uma Tradição Gramatical.

Com efeito, a tradição gramatical normativo-prescritiva nasce da percepção da unidade a despeito de sua diversidade, desenvolvendo-se por meio de coerções pedagógicas para manter certo estatuto de “pureza” e, também,

[...] para permitir o estudo dos escritores clássicos gregos e para que eles servissem de modelo a ser seguido. Define-se desse modo uma vertente na compreensão das línguas que se tornou hegemônica por mais de vinte séculos: a da Tradição Gramatical, como suporte da crítica textual, que se concentra no estudo da língua escrita, conforme a variante privilegiada pela sociedade, que, nas sociedades letradas, coincide com a dos escritores legitimados por ela, ignorando-se as variantes faladas que constituem a realidade, menos ou mais heterogênea, de qualquer língua histórica (MATTOS E SILVA, 1996, p. 22).

De fato, a gramática normativo-prescritiva tem se mantido como “o ideal prescritivo, homogeneizador e segregador [...], como o modelo ainda dominante para o ensino das línguas maternas na instituição escolar” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 23).

Faraco (2016), ao contar a história social da língua portuguesa no Brasil, desvela a série de fenômenos que levaram à sua implementação até tornar-se língua dominante, e a conseqüente diminuição do uso da língua geral amazônica e dos dialetos africanos, durante e após o processo de colonização. Ao contrário do que se pensa, não houve algum decreto com força suficiente para extirpar as antigas línguas. O processo envolveu acontecimentos históricos impactantes, tais como a Cabanagem (1840) e a Guerra do Paraguai (1865-1870), que minaram grande parte da população falante da língua geral amazônica; o ciclo da borracha (1890-1929), que levou meio milhão de colonos falantes de português para a região amazônica; e, em especial, o ciclo da mineração (início do século XVIII). Este último impulsionou o uso do português, pois a região das minas tornou-se polo atrativo para os colonos, antes alocados de forma esparsa pelo Brasil, e, também, para cerca de 600.000 portugueses que vieram de Portugal, interessados nessa nova riqueza brasileira (FARACO, 2016).

No caso das línguas dos africanos no Brasil, Baxter e Lucchesi (1997)⁴ apontam para uma *transmissão linguística irregular* no contato entre escravos e portugueses. Segundo estes autores, houve uma simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais da língua portuguesa no processo de aquisição da mesma pelos africanos e por seus descendentes, numa tentativa de aproximação com suas línguas maternas. Naro e Scherre (2003)⁵ refutam essa ideia e afirmam que não houve supostamente uma simplificação da gramática por parte dos colonizados, mas que os próprios falantes da língua dominante modificavam suas formas linguísticas normalmente empregadas por motivos diversos, principalmente por acharem que, assim, facilitariam o processo de comunicação. De toda maneira, o fato é que a língua do dominador se tornou hegemônica, mas não sem passar por mudanças significativas em seu sistema, em razão do contato com outras línguas.

Dando as costas para essa complexa trama que configura o que se tornou o português brasileiro, as gramáticas tradicionais ainda hoje estabelecem como normas o que às vezes não faz parte de nosso sistema linguístico. Bagno (2017a) realiza essa crítica à não correspondência entre regra e uso do português brasileiro, diferentemente, por exemplo, das gramáticas do português europeu, inglês, francês, italiano e espanhol.

⁴ Cf. também Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

⁵ Cf. também Naro e Scherre (2007).

Embora muitos estudos linguísticos operem na descrição do uso factual do português brasileiro, atestando serem irreais certas estruturas tidas como “certas”, ainda há uma idealização da “língua mãe” do colonizador, que não se restringe ao âmbito acadêmico, mas que se estende à população brasileira que se crê especialista nessa suposta língua.

É, portanto, de um sentimento de “cuidado” com a língua lusa que surgiu o que Bagno (2017b, [s.p.]) chama de “cultura do erro”: “uma obsessão por condenar e perseguir qualquer manifestação verbal diferente daquele modelo, que em nada correspondia aos usos reais do português no Brasil, nem sequer aos usos das próprias oligarquias dominantes”. O julgamento de certo e errado sobre o uso da língua é o corolário do preciosismo com a gramática normativa do português brasileiro, o que culmina, muitas vezes, em práticas de preconceito linguístico.

Leite (2008), em seu livro *Preconceito e intolerância na linguagem*, diferencia os conceitos de preconceito e intolerância. Segundo a autora, preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento “que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações” (LEITE, 2008, p. 20). Em outras palavras, a intolerância seria o comportamento, a reação, a manifestação discursiva do preconceito, em razão da incapacidade de enfrentar a alteridade e de conviver com a diversidade.

O preconceito linguístico costuma ser manifestado de modo explícito, diferentemente de outros tipos de preconceito – como o racial, o de classe social, o de gênero etc. –, uma vez que já não é tão aceitável mais, “pega mal”, ser intolerante com negros, mulheres, homossexuais, pobres, e outras minorias sociais. A esse respeito, Leite (2008, p. 14) afirma que “a metalinguagem intolerante (ou preconceituosa) camufla (ou denuncia) outros preconceitos, de todas as ordens”, já que contra esses outros preconceitos já existem leis, políticas públicas e militantes a postos para debater.

Nesse movimento de “camuflagem” ou “denúncia” na prática da metalinguagem preconceituosa, mobilizamos a problemática da violência verbal no espaço digital da internet. Com isso, o lugar enunciativo do colonizador, a idealização da língua e a cultura do erro (BAGNO, 2017b), e mesmo a tradição normativo-prescritiva, hibridizam-se nas práticas discursivas de preconceito linguístico, que desenham um espaço de confrontos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea

brasileira. É, portanto, nesse espaço que se evidencia, com mais clareza e sem pudores, a violência verbal no campo das mídias digitais.

3 A violência verbal: um espaço discursivo êmico

A violência verbal ou *flaming* diz respeito à linguagem hostil e agressiva. No espaço digital, o trabalho de Herring (1993), intitulado “*Gender and democracy in computer-mediated communication*”, tem o mérito de ser uns dos primeiros a desenvolver a relação entre linguagem e agressividade *on-line*. Além de Herring (1993), Culpeper (1993), Bousfield (2008) e Amossy (2011) desenvolvem trabalhos voltados ao fenômeno da violência verbal nas mídias digitais. Culpeper (1993), na medida em que constrói um *corpus* mais amplo e heterogêneo, não se ocupa tão somente do discurso ofensivo no espaço digital. Bousfield (2008), em diálogo direto com Culpeper, argumenta, entre outras coisas, que a impolidez é negociada no discurso e não um fenômeno isolado. Nesse sentido, é possível considerar que a violência verbal é uma prática discursiva que responde a dadas condições sócio-históricas. Amossy (2011), por sua vez, acrescenta que o fenômeno da violência verbal deve ser examinado a partir das características do discurso polêmico. Focalizemos algumas discussões dessa última autora.

Amossy (2011) propõe alguns cenários de sentidos para que o termo surja:

- Em um discurso polêmico, mesmo que este funcione como espécie de via de mão única, isto é, ataca-se o antagonista sem um desagravo recíproco.
- Em uma “troca controversa”: um debate na TV ou nas redes sociais. Aqui o discurso polêmico pode ocorrer numa interação face a face em que um tenta prevalecer sobre o outro; tem-se, assim, seu estatuto dialógico.
- Na construção de um *corpus*: o analista reúne práticas discursivas antagônicas acerca de determinada formação discursiva temática (o aborto, a liberação da maconha, o porte de armas etc.).

Assim, para Amossy (2011), a noção de controvérsia compreende uma forma de gerenciar os conflitos por meio da polarização intensa e da radicalização de posições enunciativas. Afirma, com Garand (1998), que a controvérsia se fundamenta mais em conflitos do que em violência verbal,

a qual seria uma característica reiterada, mas não necessária, da prática polêmica, ao passo que a polarização de posições e seu enfrentamento são uma forma de gerenciar o conflito constitutivo da polêmica. Mas, de qualquer modo, a violência verbal se constitui no interior de uma controvérsia.

Contudo, como veremos em nosso *corpus* de análise, a controvérsia sobre preconceito linguístico precisa ser compreendida não apenas como “encenação” e hostilidades gratuitas, mas também como um modo de exclusão e de eliminação da voz e corpo do *outro*. E não apenas por parte dos sujeitos-usuários em suas práticas de comentários, mas também pela cenografia conflituosa e provocativa do discurso que atravessa a página “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”, uma vez que, na validação dessa cenografia, os sujeitos-moderadores nomeiam aqueles que ignoram as pesquisas em Sociolinguística de “normativos”.⁶ Trata-se, portanto, de uma arena aberta cuja radicalização das opiniões se materializa em todo tipo de preconceito e produz efeitos de sentido de tensão e de conflito.

Porém, na postagem por nós focalizada, diferentemente de outras publicações realizadas na mesma página, essa “arena digital” pouco ou quase nada incita a violência verbal ou mesmo a hostilidade entre os sujeitos-usuários, como acontece em outros *mídiuns* (cf. DEBRAY, 1993; MAINGUENEAU, 2006, 2013): fóruns de debate ou *sites* de notícia (cf. AMOSSY, 2011; BALOCCO; SHEPHERD, 2017). A violência verbal na página em foco ocorre em um espaço polêmico pré-construído. Isto é, a polêmica não é produzida pelos enunciadores envolvidos, mas suas fronteiras foram construídas no decurso da história; logo, os enunciadores podem ocupar o lugar da polêmica. Nesse sentido, a controvérsia sobre o preconceito linguístico advém de uma interincompreensão recíproca (MAINGUENEAU, 2008), no atravessamento constante entre a “opinião pública” e a ciência da linguagem, erigida ao longo do século XX, gerindo, assim, as condições de enunciabilidade das posições em embate, como observaram Mattos e Silva (1996), Baxter e Lucchesi (1997), Naro

⁶ Na página “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”, encontramos diversas publicações pejorativas a respeito daqueles que defendem a gramática normativa como a “correta”. Uma das figuras mais atacadas é o professor, gramático e filólogo brasileiro Evanildo Bechara. Contudo, neste artigo, centramo-nos na análise discursiva apenas dos comentários da publicação fixa da página, conforme já mencionado anteriormente.

e Scherre (2003, 2007), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Faraco (2016) e Bagno (2017a, 2017b) a respeito das políticas linguísticas em torno da língua materna.

Sob essa perspectiva, é possível falar da emergência de um *espaço discursivo êmico* em que a violência verbal é a manifestação discursiva do preconceito e da intolerância, que já estão consolidados na memória social, cultural e coletiva. De fato, nesse espaço, não apenas se admite uma opinião divergente (LEITE, 2008), mas se expõe a presença do outro, cuja identidade se deseja apagar e, em última instância, eliminar a presença física.

As bases da noção de espaço discursivo êmico advêm das discussões de Lévi-Strauss (1908-2009), em *Tristes Trópicos* (1998), as quais o sociólogo polonês Bauman (1925-2017) retoma para postular as noções de espaços [sociais] fágicos e êmicos. No que tange ao espaço êmico, Bauman (2001) acrescenta que se trata de uma tentativa de anular a existência física do outro; uma forma direta de expeli-lo do corpo social, de modo a apagar a sua identidade. Bauman cita a deportação, a prisão e o assassinato como “alternativas contemporâneas” dessa estratégia.

Contudo, as alternativas contemporâneas exemplificadas por Bauman nada mais são que estratégias transeculares de expelir o outro ou mesmo subterfúgios agressivos de afugentar sua presença, como bem demonstrou Foucault (1987). Na contemporaneidade, em particular em sociedades democráticas, a estratégia êmica funciona de forma bem mais sutil. É a especulação imobiliária, o cliente diamante, a reurbanização de favelas, os condomínios de luxo, dentre outros, que existem para expelir o outro, mas não qualquer outro.

No campo do discurso, podemos falar, como sugerem Ferreira, Ferreira e Chaves (2018, p. 66), de um espaço discursivo “em que as trocas verbais são interincompreensíveis e a existência física do *outro* é insuportável, sendo, pois, desejável seu aniquilamento”. Nesse ponto, a especificação de Maingueneau (2008) a respeito da noção de espaço discursivo é contributiva. Conforme explica o linguista francês, os espaços discursivos são subconjuntos de posicionamentos discursivos que o analista, diante de seus objetivos, acredita ser relevante relacionar. Trata-se, pois, de subconjuntos de posicionamentos que podem ser isolados no interior de um campo discursivo (político, religioso, literário, midiático), a critério do analista.

Não obstante, o modo como isolamos espaços discursivos no interior do campo da mídia digital partiu de outro critério. O espaço discursivo – que chamamos neste texto de *êmico* – é consequência de um efeito de sentido global: a violência urbana. Não é difícil se deparar com programas de TV, rádio ou canais na internet que se dedicam a transmitir recortes da violência urbana (perseguições a bandidos, golpes de estelionatários, relatos de furto e roubo, assassinatos etc.). A estratégia ali é construir cenografias digitais de violência generalizada. Por sua vez, a cenografia verbal de “violência”, “revolta” ou “revanche”, valida-se e é validada por meio de enunciações performativas.

Em debates no espaço digital, o efeito de sentido de “violência” pode ser percebido de modo mais “conciso” (“a internet é violenta”, “a internet não perdoo”). Nesse sentido, a controvérsia, o mal-entendido, a repulsa, a censura e o ódio, tudo pode ser retido num só lugar: o espaço digital. Dessa forma, dado os modos de produção, circulação, disseminação, memorização e arquivamento do discurso nesse espaço, a violência verbal torna-se mais corriqueira e profusa.

Pouco omitida na internet, a violência verbal revela, muitas vezes, o anseio de aniquilamento e do apagamento das identidades. Independentemente do uso de palavrões, as práticas discursivas no espaço discursivo *êmico* se constituem mediante as forças centrífugas, no sentido de Bakhtin (1995).⁷ De fato, num espaço isolado dessa forma, a violência verbal renuncia à polidez e abdica de seus pseudo-pudores. Por isso, trata-se de um espaço em constante construção no social e no histórico, o qual Bauman (2001) conceitualiza de espaço *êmico*. Na dimensão discursiva, porém, tratamos como um espaço discursivo *êmico*, pois são as práticas de violência verbal reunidas pelo analista que configuram o estatuto *êmico* do espaço discursivo.

Num espaço discursivo *êmico*, a alternativa ao enfretamento da alteridade tem sido, em geral, realizada de forma a desdenhar, negar, demonstrar falta de empatia, buscar o desentendimento, usar linguagem tabu (xingamentos, palavrões), satirizar, ridicularizar e ameaçar o outro (CULPEPER, 1993; BOUSFIELD, 2008). Contudo, um fenômeno

⁷ Bakhtin (1995), em seus estudos, postula a existência de duas forças operando nos gêneros de discursos: as forças centrípetas e as forças centrífugas. As primeiras tornam os gêneros homogêneos e os estabilizam; as últimas, por sua vez, os tornam heterogêneos e os desestabilizam.

paradoxal pode ser observado na medida em que nesses espaços o exercício da cidadania é reivindicado nas e pelas práticas discursivas de violência verbal. Joga-se, assim, com o fechamento dos posicionamentos, mesmo que no interior da noção de cidadania repouse a ideia “aberta” do gozo dos direitos. O foro do conflito, à medida que é manifestado pela violência verbal, revela, muitas vezes, o próprio desejo de aniquilar qualquer possibilidade de enfrentamento da alteridade.

A interincompreensão discursiva é generalizada, mas pode ser mais bem evidenciada num espaço de trocas cuja violência verbal é o fio condutor. Por isso, o espaço discursivo êmico produz efeitos de sentido de polêmica, uma vez que integra preconceitos, conflitos e tensões historicamente construídos. Os discursos que ali circulam já se encontram inseridos num conjunto de semas repartidos em dois registros: semas positivos e semas negativos, reivindicados e rejeitados, respectivamente, conforme esclarece Maingueneau (2008):

[...] a cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como o simulacro que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p. 99-100).

Na esteira de Ferreira, Ferreira e Chaves (2018, p. 68), podemos dizer que a violência verbal “tem a ver com as condições sócio-históricas e culturais da produção dos discursos. O espaço discursivo êmico é ocupado por posições enunciativas, historicamente, em conflagração ideológica”. É, portanto, nesse espaço de embates e violência verbal, que emergem papéis e lugares discursivos, estatutos sócio-psicológicos estereotipados e posicionamentos político-ideológicos. Faremos, na próxima seção, uma incursão nessas três dimensões (linhas de força), analisando os comentários selecionados.

4 Falei errado? O problema é nosso!

Na mídia social *Facebook*, utilizamos a ferramenta de busca para encontrar algum material em que constasse a expressão “preconceito linguístico”. Foi, então, que chegamos à página “Falei errado? O

pobrema não é meu, é seu”, criada por estudantes da UERJ, no ano de 2013, com mais de 40 mil seguidores.⁸ O objetivo da página, segundo seus moderadores, é “desmistificar a noção de certo e errado na Língua Portuguesa; mostrar que o preconceito sobre quem fala um português não padrão é apenas de quem julga; mostrar as ocorrências mais comuns da oralidade [...]”, dentre outros.⁹ A iniciativa tornou-se um Projeto de Extensão, que fora premiado no UERJ Sem Muros, no ano de sua criação.

Desde fevereiro de 2018, a página apresenta uma publicação fixa que já incitou mais de 21 mil compartilhamentos e mais de 4,1 mil comentários. Focalizamos, assim, os comentários, tomados como discurso, a partir dessa publicação, cuja legenda é “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”. Nela observamos (Figuras 1 e 2) nove imagens com dizeres de situações que, para os sujeitos-moderadores, configuram preconceito linguístico.

FIGURA 1 – Layout da página, com sua publicação fixa¹⁰



⁸ Até a submissão desse artigo (março de 2020), 40.585 seguidores.

⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/FaleiErradoOPobremaNaoEMeuESeu/about/?ref=page_internal. Acesso em: 2 mar. 2020.

¹⁰ Por razões de natureza ética, omitimos nomes e imagens que pudessem identificar usuários do *Facebook*.

FIGURA 2 – Imagens anexadas à publicação



Conforme visto, foram elencadas atitudes comuns de brasileiros que se deparam com situações cotidianas de usos variáveis da língua, comumente associados ao português não padrão, que podem ser consideradas manifestações de preconceito linguístico. O que a moderação expressa com isso é a necessidade de o indivíduo se atentar para suas ações enquanto interage com pessoas que aparentam desconhecer as normas, para que não seja intolerante.

A publicação gerou repercussão imediata, inspirando posições controversas por parte de numerosos usuários da mídia social *Facebook*. De modo geral, os comentários discordam da posição de que os enunciados ditos nas Figuras 1 e 2 sejam preconceito linguístico. Para este recorte, elegemos seis comentários entre aqueles com manifestação mais explícita de preconceito linguístico, a fim de analisá-los. Como veremos, para além da mera discordância, a polêmica se centra mais no léxico “preconceito” do que no léxico “linguístico”. Ou, para retomarmos a diferenciação proposta por Leite (2008), a intolerância revelada no debate público em questão é o resultado de preconceitos já consolidados na memória social e coletiva.

De fato, a linguagem hostil e agressiva textualizada nos comentários em análise desvela discursos que, quando reunidos,

engendam um espaço de trocas cujo objetivo é a eliminação do outro pela negação do preconceito linguístico. São esses discursos que o recorte interpretativo que operamos na construção do *corpus* visa a problematizar. Para examinar o fenômeno da violência verbal, tomamos os comentários como discurso e destacamos algumas linhas de força: i) os papéis e lugares discursivos; ii) os estatutos sócio-psicológicos estereotipados; e iii) os posicionamentos político-ideológicos.

Emprestamos essas linhas de força de Maingueneau (2016), quando este autor discute a noção de *ethos* discursivo. Aqui, contudo, não falaremos em termos de construção de *ethos*, mas de discursos em embate no bojo do interdiscurso. Com efeito, as linhas de força discursivas interagem entre si. Então, podemos ver que os papéis e os lugares discursivos têm afinidades com o fato de os enunciadores mobilizarem um discurso ético-moral, por exemplo, mas também de emergirem, no interior desses discursos, estatutos sócio-psicológicos estereotipados validados de forma positiva ou negativa na memória social e coletiva. E, como veremos, no interior desses atravessamentos, os enunciadores inscrevem posicionamentos político-ideológicos que mitificam o preconceito linguístico.

4.1 Os papéis e lugares discursivos

Comentário 1¹¹

“Vejo uma geração imbecil que coloca tudo como preconceito mas não se preocupa em no mínimo fazer a sua obrigação de ser ético, de estudar, de lutar pelo que quer e não defender as facilidades para chegar a qualquer custo aonde quer. Uma geração babaca que se preocupa somente com mimimis e em garantir seus direitos sem honrar com suas obrigações. Preconceito? Façam me o favor.”

No Comentário 1, o item lexical “preconceito” é tomado sem nenhuma especificação. Dessa maneira, o enunciadador pode associar a falta de ética, de estudo, de esforço a “uma geração imbecil”, que apenas defenderia “facilidades” para se chegar “a qualquer custo” aonde se almeja. O que se nega aqui é o papel e lugar discursivos de

¹¹ Salientamos que os comentários selecionados para análise foram transcritos *ipsis litteris*, sem adaptações e correções de como se apresentaram no *Facebook*.

“uma geração babaca”, que, embora esteja “alerta” para defender seus direitos, procede por meio de “mimimis”; supostamente, “sem honrar com suas obrigações”. O termo “mimimi” é muito corrente em discussões na internet. Trata-se de uma expressão pejorativa usada na linguagem informal para satirizar e ridicularizar aquele que questiona algo, como se passasse a vida reclamando (CULPEPER, 1993; BOUSFIELD, 2008).

Como já adiantamos antes, no Comentário 1, não há nenhuma referência à questão do preconceito linguístico, a não ser pelo fato de sabermos que a discussão fora incitada pela página hospedada no *Facebook* “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”, por meio da publicação “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”. Mas, mesmo supondo que o enunciador esteja se referindo ao preconceito linguístico e não a outros tipos de preconceitos, é justo indagar por que alguém que sofre preconceito linguístico não seria ético, estudioso, “lutador” etc.

Com efeito, o “preconceito” que o enunciador nega é bem mais amplo e historicamente situado. Não se trata apenas de negar o preconceito linguístico em relação a classes socialmente desprestigiadas. O enunciador visa a expelir do espaço social toda uma geração que procura “garantir seus direitos” adquiridos, sobretudo, nos últimos trinta e cinco anos, no processo de redemocratização do Brasil. Podemos ver aí um lugar e papel discursivos emergindo contra essa “geração babaca”; geração que não “honra com as suas obrigações” e que reclama de tudo. É o lugar de outra geração, provavelmente anterior, possivelmente educada em bases mais tradicionais, e cujo discurso meritocrático tem ressonância no interior de uma pedagogia liberal, que, como enfatiza Libâneo (2005).

[...] sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, 2005, p. 21-22).

Nessa senda, a violência verbal atravessa o discurso do Comentário 1 para desprezar a luta por direitos em detrimento da adaptação aos valores e às normas vigentes de uma sociedade. Valores e

normas que a Tradição Gramatical, por exemplo, também preserva como monumento histórico e ideológico, na medida em que se concentra no estudo da língua escrita, conforme a variante privilegiada pela sociedade, e ignora as variantes faladas, como enfatiza Mattos e Silva (1996).

Trata-se, sem dúvida, do contra-ataque de uma geração anterior que se esforça para “acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa” (LIBÂNEO, 2005, p. 22). O enunciador ocupa, dessa forma, o papel e o lugar discursivos do “vencedor” que se adaptou aos valores e às normas sociais de uma sociedade de classe, refutando, assim, toda economia de seus privilégios.

Cabe pontuar que, em momento algum, em nenhuma das nove situações elencadas nas imagens da publicação, foi sugerida a ideia de que as pessoas devam deixar de estudar ou de lutar pelo que querem ou de cumprir suas obrigações para lograrem êxito em suas vidas – tampouco que a ausência de estudos e a conformidade com a própria situação seja um caminho para o alcance de sucesso. No entanto, o enunciador não apareceu para argumentar contra a ideia exposta, e sim contra o que os moderadores da página supostamente representam, lançando mão de argumentos *ad hominem*, realizando críticas (agressões) aos autores da publicação, e não especificamente ao conteúdo abordado.

Comentário 2

“Machado de Assis, um dos maiores expoentes da língua portuguesa deve estar se revirando no túmulo uma hora dessas, vendo tanta besteira e idiotice. Só para constar para esse bando de babacas, Machado de Assis era negro no Brasil pós abolição da escravatura, nunca teve chances de ir à escola, mesmo assim não ficou de vitimismo barato e estudou por conta própria, tornando-se ministro e um dos maiores escritores desse país. Por isso deixo aqui meu humilde “vão se ferrar” bando de gente preguiçosa.”

No discurso do Comentário 2, a violência verbal, a princípio, revela uma incompreensão da proposta da própria página “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”. A página e a publicação citadas se propõem a discutir a modalidade falada da língua e não a escrita. Porém, esse tipo de “mal-entendido” serve não apenas para mandar “se ferrar” um “bando de gente preguiçosa”, mas também para içar na superfície textual uma sociedade letrada a qual se equipararia com a dos escritores legitimados

por ela (MATTOS E SILVA, 1996). É o que Bagno (2017b) chama, de modo acertado, de “cultura do erro” – um sentimento de cuidado com a língua lusa; uma obstinação por denunciar e policiar toda manifestação verbal diferente da variedade padrão-culta da língua.

De certo que Machado de Assis, “um dos maiores expoentes da língua portuguesa”, se escrevesse no século XXI, não escreveria à moda do século XIX. E não há dúvida, também, de que sua produção literária seria tão geniosa hoje como o é a de sua época. De todo modo, a violência verbal no Comentário 2 revela outros discursos que podem ser encontrados nas atuais condições sócio-históricas da sociedade brasileira. Destacaremos, aqui, dois discursos que atravessam o discurso “purista” no Comentário 2.

As discussões em torno das questões étnico-raciais estão presentes nos debates contemporâneos, não apenas no Brasil, mas em outros países, fora e dentro das universidades. Contudo, no Brasil do século XXI, diversos movimentos de militância negra e de outros setores da sociedade fomentaram o debate acerca da representação dos sujeitos negros. Como enfatizam Ferreira e Chaves (2018), esses grupos de debates não encontraram

[...] modos tão eficazes de fazer enxergar o potencial da identidade negra para si e para o Outro salvo por ações afirmativas, como as cotas raciais para o ingresso em universidades públicas e por meio da reserva de cargos efetivos no funcionalismo público. Outro domínio, ao mesmo tempo mais longo e mais perene, se constitui, por meio da educação, pela Lei 10.639/2003 e pelas práticas discursivas em torno dela. (FERREIRA; CHAVES, 2018, p. 166).

No bojo desse debate, emerge um discurso “antagonista” que se esforça para desqualificar as políticas afirmativas em torno da questão étnico-racial no Brasil. Desse modo, o discurso no Comentário 2 inscreve um leitor-modelo, “bando de babaca”, para o qual a ofensa é dirigida. É justo afirmar que a mobilização dos itens lexicais “negro”, “escravatura” e “vitimismo” inscreve o enunciador no papel discursivo daquele que enxerga, em políticas afirmativas raciais, injustiça social. Isto é, o enunciador compreende a luta dos sujeitos negros no Brasil atual como vitimismo ou “mimimis”. “Machado de Assis era negro no Brasil pós abolição da escravatura, nunca teve chances de ir à escola, mesmo assim não ficou de vitimismo barato e estudou por conta própria”.

Sabemos que a biografia de Machado de Assis diz outra coisa, mas, para o enunciador do Comentário 2, importam as frases de efeito: “era negro”, “não ficou com vitimismo” e “estudou por conta própria”. Logo, podemos conjecturar que os negros e negras brasileiros não devem ficar com “vitimismo” e, em especial, devem “estudar por conta própria para, quiçá, tornarem-se “ministros” ou “escritores” de renome. Mas o embate ocorre, entre outras questões, pelas pautas e práticas discursivas em torno da Lei 10.639/2003, a partir do campo político-educacional de um Brasil “estruturalmente racista que, no entanto, se encontra sob a égide da multiracialidade e do multiculturalismo” (FERREIRA; CHAVES, 2018, p. 167). Eis o discurso étnico-racial em destaque.

Outro discurso que podemos destacar é muito recorrente no *ethos* do “vencedor”. Trata-se do discurso meritocrático, que tem lugar, como já dissemos anteriormente, na construção de uma pedagogia liberal, no início do século XX, no Brasil. Libâneo (2005) assim esclarece:

O termo liberal não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, “aberto”, como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade. A educação brasileira, pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada. Evidentemente tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes não se deem conta dessa influência. (LIBÂNEO, 2005, p. 21.)

Isso ocorre não apenas no ideário pedagógico de professores e professoras, mas também na memória coletiva e social da população brasileira que, muitas vezes, assume o papel discursivo de um sujeito empresa de si (DARDOT; LAVAL, 2016), o qual ignora as condições materiais e sociais como elemento de paridade entre os indivíduos. Além disso, o enunciador assume o papel discursivo de especialista da língua do colonizador, num movimento, flagrantemente, anticientífico. Ele ocupa, assim, o lugar discursivo do sujeito produtivo, humilde e lutador, visando a destacar a realização pessoal em detrimento da comunitária.

Mais que isso. O enunciador, no Comentário 2, enfatiza a personalidade como uma nova forma de poder. “Por isso deixo aqui meu humilde ‘vão se ferrar’ bando de gente preguiçosa”.

4.2 Os estatutos sócio-psicológicos estereotipados

Comentário 3

“Gente desculpa, mas Preconceito Linguístico o caralho, brasileiro parece que gosta de ser burro, não é possível. Tirando o país, o que me dá desgosto é o povo. Tomara que eu possa ficar rica, sair daqui e nunca mais voltar...//R”

Nesta subseção, a temática do preconceito linguístico está marcada linguisticamente no discurso: “Preconceito Linguístico o caralho”. Embora possamos ver aqui os papéis e lugares discursivos avocados pelo enunciador, destacamos os estatutos sócio-psicológicos estereotipados na relação polêmica. O xingamento tabu que o item lexical “caralho” materializa produz um efeito de sentido daquele que “entrou na conversa” com a discussão já acirrada, procurando, sem demora, discordar do ponto de vista do outro (CULPEPER, 1993; BOUSFIELD, 2008).

No Comentário 3, o enunciador mobiliza diversos estereótipos. Porém, esses estereótipos têm como fundamento alguns mitos já discutidos por Bagno (2015), como o de que o brasileiro não sabe português e que, para falar e escrever bem, é preciso saber gramática normativa. Daí que emerge da memória social e coletiva a associação entre não saber “gramática” e ser “burro”, isto é, ser incapaz intelectualmente de dominar o padrão-culto da língua. Nesse sentido, o estatuto sócio-psicológico estereotipado da “falta de inteligência” recai, quase sempre, nas classes socialmente desprestigiadas, que tiveram pouco ou nenhum acesso à educação. É desse *outro* que o enunciador quer se ver livre: “Tomara que eu possa ficar rica, sair daqui e nunca mais voltar”. De certa forma, a ascensão à riqueza seria a recompensa para aquele que domina a norma culta. E, paradoxalmente, a recompensa por “saber português” é sair desse país onde se fala português.

Na oitava figura da publicação, há os dizeres “Chamar alguém de burro por falar diferente da Norma Padrão #ÉPreconceitoLinguístico”. O uso da palavra “burro” nesse quadrinho pode ter engatilhado a ofensa do

Comentário 3, como se houvesse por parte dos autores da publicação o reconhecimento de que no Brasil há brasileiro “burro”, mas que merece a complacência dos demais “não burros”, ao ponto de se resignar com seu status e parecer “que gosta de ser burro”. Por outro lado, o enunciador pode sequer ter chegado a ler esse quadrinho, mas acabou por se colocar em uma das clássicas situações elencadas como exemplo de preconceito linguístico.

Comentário 4

“[...] então pra mim é baitolagem falar errado por achar bonitinho ou por preguiça... Não existe preconceitos linguístico com quem fala errado ‘propositalmente’ pq a informação tá aí.”

O estatuto sócio-psicológico estereotipado no Comentário 4 justifica o preconceito linguístico mobilizando o discurso homofóbico. Nesse ponto, a produção da violência verbal recorre aos marcadores de identidade não apropriados (CULPEPER, 1993; BOUSFIELD, 2008), usando o item lexical “baitolagem” para se referir às pessoas que “falam errado”.¹² Mas a suposta “baitolagem” seria deliberada. Ou seja, há aqueles que falam “errado” de modo proposital e, para esse grupo de indivíduos, não existe preconceito linguístico. Logo, aqueles que têm informação não deveriam falar “errado”, já que “a informação tá aí”. Nessa ótica, o “erro” seria a consequência da falta de informação e da preguiça.

O estigma do “preguiçoso”, validado negativamente, faz parte da memória social e coletiva de muitos brasileiros. Trata-se de uma construção que retoma práticas discursivas de séculos passados sobre a indolência indígena, a crença na inferioridade da mestiçagem, os efeitos do calor nos Trópicos, passando pela literatura (*Urupês*, Monteiro Lobato; *Macunaima*, Mário de Andrade), pela música (*O orvalho vem caindo*, Noel Rosa), pelo cinema nacional (*Jeca Tatu*, Mazzaropi), pelos quadrinhos humorísticos (*Chico Bento*, Maurício de Sousa), e, finalmente, pelas pesquisas de opinião. Nesse sentido, o discurso é sócio-histórico e culturalmente determinado, conduzido e materializado por diferentes

¹² “Baitolagem”: trata-se de um modo pejorativo de se referir à homossexualidade masculina.

gêneros de discurso. A falta de informação, assim, pode ser consequência da categoria da preguiça construída discursivamente.

Por isso, não se trata de qualquer “erro”. É preciso que seja um “erro” estigmatizado nas classes menos prestigiadas socialmente, associado à ausência de informação a um grupo específico da sociedade. Logo, para ser considerado um “erro”, o falante deve “achar bonitinho” e ser preguiçoso, o que caracterizaria, também, a “baitolagem”. De qualquer forma, não se escuta falar de “erro” quando o falante ocupa os lugares de prestígio na tessitura socioeconômica e cultural da sociedade. Como nos enfatiza Bagno (2013, s/p), o “erro” “já se tornou uma regra na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido e já não provoca arpejos nem dores de ouvido”.

Voltando ao discurso homofóbico por um ponto que não tocamos, na seleção e construção do *corpus* em análise, a relação entre preconceito linguístico e sexualidade não era comum, para não dizer inexistente. Em nossa opinião, a associação produzida pelo enunciador no Comentário 4, tem mais respaldo na prática da violência verbal que, propriamente, no discurso homofóbico. Acontece que nem sempre chamar o outro de “baitola” produziu efeitos de sentido de preconceito ou de homofobia. Até pouco tempo atrás, presenciávamos diversos programas humorísticos na TV aberta utilizando piadas pejorativas sobre gays. São, portanto, as condições sócio-históricas e culturais da atual sociedade que produzem, por meio de práticas discursivas de resistência, os espaços para que esses xingamentos sejam considerados homofóbicos.

Com enfatizam Cano e Celestino (2019, p. 210):

[...] a heteronormatividade funciona como formação discursiva que sedimenta e regulariza aquilo que facilmente lhe escapa dos seus dispositivos normalizadores: a sexualidade e a diversidade nela inerente. Consequência a essa força normatizadora, é a evidência de que, na prática enunciativo-discursiva, há em discursos constituídos pelas formações discursivas da heteronormatividade, a consolidação de corpos estranhos que possuem o seu lugar de pertencimento aos grupos sociais negados em virtude de sua identificação sexual divergente ao mundo binário proposto pela heteronormatividade.

4.3 Os posicionamentos político-ideológicos

Passamos a analisar os comentários 5 e 6 em conjunto.

Comentário 5

“É problema de quem não se esforça pra aprender. Eu nem corrijo, eu alopro mesmo!!! E se me perguntar como escreve ja mando logo “eu aprendi na escola, volta pra la que tu consegue também”. Só é burro quem quer ser burro. Tática maldita da esquerda de querer achar normal o povo escrever errado pra aos poucos destruir a lingua de uma nação inteira. Uma coisa é linguagem informal, gírias, outra coisa é ser burro e falar errado mesmo. E alias, dono da página, vá se foder, antes que eu me esqueça.”

Comentário 6

“Não existe preconceito linguístico, a menos que você considere o preconceito que alguém venha a sofrer por falar um idioma estrangeiro. O que existe é uma quantidade absurda de analfabetos funcionais criados por um sistema patético de educação em um país que está sendo cada vez mais destruído pelo marxismo.”

Nas atuais condições sócio-históricas e culturais das sociedades contemporâneas, o discurso político atravessa espaços de comunicação mais heterogêneos. Com isso, não apenas os autores sociais são diversos, mas também os suportes materiais de produção, circulação, disseminação, memorização e arquivamento desses discursos são abundantes. Com efeito, na atual conjuntura, a enunciação política não se restringe apenas a sessões no Parlamento, a reuniões de Sindicatos, a programas especializados, ela pode ser encontrada nos espaços das mídias e, em especial, nas teias de circulação das redes sociais.

Nesse sentido, é difícil falar de discurso político sem considerar a clivagem existente no discurso. Em outras palavras, o interdiscurso tem precedência ao discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). Nessa perspectiva, os posicionamentos político-ideológicos em comentários da internet são determinados por uma clivagem histórica, material e cultural. Ou seja, o gênero de discurso “comentário” digital participa, de alguma forma, da história da sociedade. Como nos ensina Maingueneau (2015, p. 70), “o estudo da emergência, do desaparecimento ou da marginalização dos gêneros constitui [...] um observatório privilegiado das mudanças

sociais”. Logo, as condições de existência do gênero “comentário” digital respondem a uma preeminência conjectural da sociedade contemporânea.

Diferente da associação entre sexualidade e “falar errado”, textualizada no Comentário 4, a associação entre tendências políticas (esquerda, marxismo, petismo etc.) e a publicação da página ocorreu de modo mais frequente nos comentários sobre preconceito linguístico. Isso pode ter uma explicação no fato de os sujeitos-moderadores da página ocuparem a posição discursiva de alunos universitários de um curso de humanas. Na atual conjuntura sócio-política brasileira, a universidade pública tornou-se centro de resistência política a ataques contra a democracia, a educação e, em especial, a pesquisa e a ciência. Dessa forma, é a posição de estudante universitário que os enunciadores antagonistas tentam implodir. “E alias, dono da página, vá se foder, antes que eu me esqueça”.¹³

No Comentário 5 – além do atravessamento do discurso meritocrático: “É problema de quem não se esforça pra aprender”; da crença de um ensino unilateral: “E se me perguntar como escreve ja mando logo ‘eu aprendi na escola, volta pra la que tu consegue também’”;¹⁴ e do estatuto sócio-psicológico estereotipado da “burrice”: “Só é burro quem quer ser burro”, – destacamos os posicionamentos político-ideológicos que emergem na enunciação hostil. Já no Comentário 6, o fato de o enunciador evocar o “marxismo” para justificar a “destruição do país” tem raízes ideológicas nos anos idos de 1930 em diante. (Cf. PERICÁS, 2016). Podemos reunir esses posicionamentos no interior de um campo político-midiático.

Ambos os comentários, no entanto, evocam a crença de que a esquerda político-partidária estaria utilizando estratégias para destruir algo que antes seria sólido, eficaz e consistente, no caso a língua e a educação: “Tática maldita da esquerda de querer achar normal o povo escrever errado pra aos poucos destruir a língua de uma nação inteira”, ou “O que existe é uma quantidade absurda de analfabetos funcionais criados por um sistema patético de educação em um país que está sendo cada vez mais destruído pelo marxismo”. Não importa se as ideias dos enunciadores acima não sejam verificáveis na história social e política

¹³ Também, há, no Brasil, desde 2013, um efeito midiático de polarização político-partidária.

¹⁴ Observamos aí outra “incompreensão” sobre a discussão proposta na página em foco.

do Brasil. A controvérsia, a polêmica ou mesmo a violência verbal são, muitas vezes, tomadas como uma oportunidade de comunicação entre desconhecidos. Amossy (2011, s/p) esclarece assim esse ponto:

Os fóruns eletrônicos de discussão na imprensa dão às pessoas a oportunidade de “conhecer” oponentes com quem, de outra forma, não teriam oportunidade de discutir. Nesse sentido, eles fornecem uma *ágora* imaginária – embora de um tipo muito particular, pois baseado em antagonismo e violência verbal. Despojados de seu status social e de toda autoridade prévia pelo uso de pseudônimos, os internautas são como máscaras que emitem opiniões livres e discordantes em um fórum de carnaval, no sentido de Bakhtin: em um espaço vazio de toda verdade consagrada e livres dos padrões comuns de polidez, as ideias são constantemente testadas e desafiadas de forma irreverente. Nesse espaço público em que o fórum virtual redobra e modifica os fóruns reais, os argumentos e os contra-argumentos colidem, os conflitos de opinião são expressos de maneira racional e altamente emocional, as divisões são exacerbadas e se explicam.¹⁵ (AMOSSY, 2011, s/p, tradução nossa)

Como sugere Amossy (2011), essas práticas visam a manter os laços sociais e a convivência em dissenso, contudo, os discursos que as atravessam respondem, como dissemos, a uma preeminência conjectural. Nos termos da Análise do Discurso, dizem respeito às condições sócio-históricas e culturais da contemporaneidade.

Os posicionamentos político-ideológicos no discurso dos Comentários 5 e 6 se encontram no centro do campo político-midiático

¹⁵ No original: “Les forums de discussion de la presse électronique donnent aux individus la possibilité de « rencontrer » les opposants avec lesquels ils pourraient, sans cela, n’avoir aucune possibilité de débattre. Ils fournissent bien en ce sens une *agora* imaginaire – bien que d’un genre très particulier, puisque fondée sur l’antagonisme et la violence verbale. Dépouillés de leur statut social et de toute autorité préalable par l’usage des pseudonymes, les internautes sont comme des masques qui font entendre des opinions libres et discordantes dans un forum carnavalesque, au sens de Bakhtine : dans un espace vidé de toute vérité consacrée et libéré des normes de politesse ordinaires, les idées ne cessent de se tester et de se contester sous une forme irrévérencieuse. Dans cet espace public où le forum virtuel redouble et modifie les forums réels, des arguments et des contre-arguments s’entrechoquent, des conflits d’opinion s’expriment par des voies à la fois rationnelles et fortement émotionnelles, des divisions s’exacerbent et s’explicitent.” (AMOSSY, 2011, s/p).

na atual conjuntura política, social e econômica do Brasil. A violência verbal, a hostilidade e o desprezo com o interlocutor nesse campo não se dão apenas na discussão sobre preconceito linguístico, mas em tudo aquilo que, de certa forma, representa as minorias sociais. Quanto mais a elite se sente ameaçada, mais ela recorrerá a meios ilegais e à corrupção para se manter no poder, dizem Bobbio, Matteucci e Pasquino (2009). Quando “cidadãos comuns” tomam a palavra do lugar da elite conservadora em comentários em redes sociais, a estratégia tem sido a mentira, a violência, a hostilidade, a indiferença e, invariavelmente, o desejo de aniquilar o outro.

5 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo investigar o fenômeno da violência verbal em comentários produzidos na página “Falei errado? O problema não é meu, é seu”, criada na rede social *Facebook*. Desta página, separamos a publicação intitulada “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”. Nas análises, focalizamos os papéis e lugares discursivos, os estatutos sócio-psicológicos estereotipados e os posicionamentos político-ideológicos no interior de um espaço discursivo êmico. Construídos assim, os enunciados, no bojo desse espaço, puderam ser tratados por sua emergência nas condições sócio-históricas e culturais do Brasil atual, e não apenas por suas condições midiológicas que criam, cada vez mais, um elã “civilizatório” nos sujeitos-internautas, ávidos pela tomada de palavra.

Em tempos em que o conhecimento científico perde espaço para impressões e julgamentos pessoais, urge que a comunidade acadêmica se posicione ainda mais fortemente. Muito se falou e ainda se fala sobre preconceito linguístico, mas sem se centrar na postura contrária, na convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar: o Respeito Linguístico, como conceitua Scherre,

[...] implica a capacidade de ouvir o outro com seus traços característicos, sem emissão de julgamento de valor, sem brincadeiras de mau gosto, sem o imperioso desejo de mudar a fala do outro, sem silenciamento da voz do outro, sem preconceito, sem intolerância, sem bullying (SCHERRE, no prelo).

A capacidade de ouvir o outro, contudo, sempre será colocada em xeque numa cultura em que se deseja o aniquilamento das diferenças. Posicionamo-nos, fortemente, contra uma cultura *bélico-verbal* que corrói pelas bordas o *Respeito Linguístico*. Cremos que as ferramentas que hoje temos – modestas, porém, legítimas – dão-nos a possibilidade não apenas de “consertar”, mas de construir cenários sociais diferentes.

De fato, no campo das mídias sociais, as opiniões concorrem com o conhecimento científico. Quando as demandas sociais precisam ser dirigidas para a Educação, por exemplo, as posições se radicalizam. No campo das mídias, diferente do *ethos* “médico”, “jurídico”, “econômico”, o *ethos* do cientista da linguagem é incorporado, em geral, por um forte anticientificismo, já que nessa “ágora imaginária”, para retomar o termo de Amossy (2011), quase todos se sentem aptos para desconfiar (ou desacreditar) das conquistas da comunidade acadêmica no campo da linguagem. É evidente que o debate faz avançar a ciência. Acontece que, quanto mais a ciência da linguagem expõe as cisões sociais numa dada sociedade, mais são negadas as suas proposições. Dizem, como vimos, que “o preconceito não existe”, nenhum tipo de preconceito, inclusive. Em outros termos, diríamos que, quanto mais a ciência da linguagem promove o acesso ao conhecimento e à cidadania por meio do discurso, mais descobre discursos antagonistas a sua posição. Eis o que evidenciamos em nossas análises.

No momento em que focalizamos os papéis e lugares discursivos, os estatutos sócio-psicológicos estereotipados e os posicionamentos político-ideológicos, isolando os enunciados num espaço discursivo que chamamos de *ênico*, vimos emergir na superfície do discurso aquilo que Bauman (2001) classificou com a tentativa de anular a existência física do outro, de modo a expeli-lo do corpo social, aniquilando-o ou apagando a sua identidade. Foi possível observar que as alternativas contemporâneas da estratégia *ênica* não se encontram apenas na força política e econômica de alguns poderosos, mas estão à disposição de todos os indivíduos, em particular, por meio da coprodução dos discursos nas mídias sociais. Não é apenas a violência verbal habitando o universo virtual da internet, como sugerem frases de efeito como “a internet não perdoo”, “a internet é violenta” etc. Trata-se de um discurso sedimentado e cimentado na cultura ocidental, mas que, nas atuais condições sócio-históricas e culturais do Brasil, cria efeitos de sentido que tornam o espaço enunciativo inabitável

pelo *outro*, sobretudo, se o *outro* demandar de alguma forma a derrocada dos privilégios sociais e econômicos das elites.

E não é preciso que as elites saiam em defesa aberta de seus privilégios. As análises revelaram que os espaços discursivos êmicos já estão construídos, alargados e pavimentados na sociedade brasileira. Neles atravessam os preconceitos linguístico, étnico-racial, religioso, a violência verbal, a discriminação, os estereótipos, o silenciamento da voz do outro, a intolerância, o *bullying*. (SCHERRE, no prelo). Portanto, os enunciadores nos Comentários [1], [2], [3], [4], [5] e [6] falam desses espaços e não, propriamente, das “das redes sociais”, tomadas como simples meios de transportes de mensagens. Na verdade, redes sociais como o *Facebook*, por exemplo, não são meios neutros que carregam informações. Elas modificaram de modo importante o consumo dos discursos, embora possamos eximir de sua conta a fundação dos espaços sociais êmicos (BAUMAN, 2001). Como bem sabemos, a história é marcada pelo ódio, pela incompreensão, pela intolerância, mas, na era das múltiplas redes interlocutoras, a interlocução e as dissensões adquiriram novos valores e tensões, pois o tempo e o espaço entre as “culturas” diminuíram, para não dizer que estão quase nulos. A violência verbal, assim, tem servido como ferramenta para aniquilar o *outro* do debate público.

A busca incessante pela hegemonia na língua responde ao desejo de aniquilar as diferenças. A percepção da unidade, conforme enfatizou Mattos e Silva (1996), interdita o olhar para a diversidade. O lugar do colonizador é ocupado, invariavelmente, para defender, ainda hoje, a Tradição Gramatical: não apenas aquilo que ela “representa”, mas, principalmente, aquilo que por ela é imposta como norma. Assim, a metalinguagem odiosa, conforme observamos nos discursos analisados, revela demandas sócio-políticas conservadoras que lançam mão da violência verbal para camuflar outros preconceitos (LEITE, 2008). Mas essa tática não tem nada de inovadora.

Descobrimos, por isso, outros discursos que emergem do fenômeno da violência verbal na temática do preconceito linguístico, materializada pela publicação intitulada “Não é engraçado, #ÉPreconceitoLinguístico”, na página do *Facebook* “Falei errado? O pobrema não é meu, é seu”. Trata-se do discurso meritocrático, do discurso étnico-racial, do discurso homofóbico, do discurso político-partidário, assumidos não pelo sujeito ético-moral (de carne e osso), mas por papéis sociais e discursivos que encenam no nosso teatro social. Além disso, mobilizam os mesmos

estereótipos sócio-psicológicos para apagar as identidades: o burro, o preguiçoso, o baitola, dentre outros. Vimos, então, que, os enunciados reunidos na construção do *corpus* recortam, no campo das mídias sociais, um espaço êmico que podemos chamar de discursivo.

Nossa tática, aqui, é o diálogo. Por isso, para ele estamos abertos.

Contribuição dos autores

Samine de Almeida Benfica mobiliza para a discussão as questões sobre preconceito linguístico e os aspectos históricos da Língua Portuguesa no Brasil, além de construir o *corpus* de análise e colaborar com as reflexões e análises. Anderson Ferreira traz para o artigo as categorias discursivas do campo da Análise do Discurso e também a noção de espaço social êmico, que ambos os autores tomam como espaço discursivo, além de contribuir com as análises.

Referências

AMOSSY, R. La coexistence dans le dissensus. *Semen*, Besançon, n. 31, p. 25-42, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/9051>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BAGNO, M. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.

BAGNO, M. O que é um “erro” em português? In: _____. *Blog Marcos Bagno*. 13 ago. 2013. Disponível em: <https://marcosbagnowordpress.com/2013/08/13/o-que-e-um-erro-de-portugues/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2015.

BAGNO, M. A colonização pronominal. In: SCHETTINO, R. *Blog Brasiliários.com*. 12 set. 2017a. Disponível em: <https://www.brasiliarios.com/colunas/66-marcos-bagno/689-a-colonizacao-pronominal>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BAGNO, M. Português brasileiro (outra vez). In: *Blog da Parábola Editorial*. 31 ago. 2017b. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/portugues-brasileiro-outra-vez>. Acesso em: 22 jan. 2020.

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BALOCCO, A. E.; SHEPHERD, T. M. G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 1013-1037, 2017.
- BAUMAN, Z. *A modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-83, 1997.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Coord. trad. João Ferreira. Ver. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacasi. 13. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- CANO, M. R. O.; CELESTINO, R. Lugares interincompreensivos e ambivalentes em anúncios publicitários que topicalizam a sexualidade. *In: NASCIMENTO, J. V.; FERREIRA, A. (org.). Discurso e cultura: v. 2*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 188-212.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge/Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBRAY, R. *Curso de midiologia geral*. Tradução de João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FERREIRA, A.; CHAVES, R. S. A responsabilidade enunciativa no discurso escolar. *Caminhos em Linguística Aplicada*, Taubaté, v. 18, p. 161-184, 2018.

FERREIRA, A.; FERREIRA, C. S.; CHAVES, R. S. As práticas discursivas da violência nas mídias digitais: Marielle Franco, presente... no espaço discursivo êmico. *(Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 2, p. 59-78, 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARAND, D. Propostas metodológicas para o estudo da controvérsia. *In: HAYWARD, A.; GARAND, D. Estudos de controvérsia*. Montreal: Nota Bene, 1998. p. 211-268.

HERRING, S. C. Gender and Democracy in Computer-Mediated Communication. *Electronic Journal of Communication*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 1-17, 1993.

LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes Editores, 1997.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução de Cecília P. de Souza e Délcio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico sobre o ethos. *In: BARONAS, R. L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. O. (org.). Análise do Discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 13-33.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, S. A. M. (org.). *Diversidade linguística e ensino*. Salvador: EDUFABA, 1996. p. 19-43.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 285-302.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHERRE, M. M. P. Respeito linguístico. In: ARNT, R. M.; SCHERRE, P. P. (org.). *Dicionário: rumo à civilização da religião e ao bem viver*. Águas Belas: ONG Semente dos Sonhos. No prelo.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.